

A Participação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia - MCTES na Promoção da Investigação em Saúde

Setembro de 2010

A participação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, FCT, nas actividades na área da investigação em Saúde já vem de longa data com a criação do Conselho Científico das Ciências da Saúde, CCCdS. Inicialmente esta participação incidiu no financiamento de projectos, de infra-estruturas e de bolsiros a vários níveis, para além da criação dos Laboratórios Associados, LA's, e das Unidades de Investigação acreditadas pela FCT. A contribuição desta instituição não só no campo das ciências básicas mas também na investigação clínica é já bem visível em Portugal, o que foi confirmado pelo resultado das avaliações feitas recentemente por Painéis de peritos estrangeiros (Unidades de Investigação no fim de 2008, e LA's no fim de 2009).

Alguns elementos da história do desenvolvimento desta área na última década devem ser lembrados neste contexto. Assim, em **2003** realizou-se um encontro entre representantes do Instituto Nacional de Saúde, INSA, e da FCT. Na sequência deste encontro **lançaram-se as bases para o desenvolvimento de um “Sistema Nacional de Investigação em Saúde”** de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde e do “Global Forum for Health Research”. Logo em **2004** foi aprovado o Plano Nacional da Saúde - PNS 2004-2010, o qual inclui uma secção sobre **“Investigação e Desenvolvimento” em Saúde** onde se salienta a necessidade de ultrapassar a fragmentação de recursos nesta área. Já em **2006**, num encontro em que foi discutida a implementação do PNS, este ponto foi de novo posto em relevo assim como a necessidade de ser **assegurada uma fonte de financiamento crescente sustentável para promover tópicos de Investigação em Saúde**. Em **2007** foi aprovada a nova Lei Orgânica do INSA conferindo a esta Instituição a missão de “promover, coordenar e realizar” investigação em Saúde. Foi pedido à FCT que indicasse um representante para participar no Conselho do INSA encarregado de acompanhar a **implementação do programa de Investigação e Desenvolvimento em Saúde no contexto do PNS 2004-2010**. Foi nomeado como representante da FCT neste Conselho o Professor Fernando Lopes da Silva, actual Presidente do Conselho Científico das Ciências da Vida e da Saúde, CCCVS (designação actual do CCCdS, desde Março 2009), e o Professor Henrique de Barros como representante-suplente, também membro do CCCVS. Deve dizer-se que até agora o Conselho do INSA ainda não exerceu actividades específicas.

1. Projectos de I&D na área da Investigação Clínica

O CCCdS notou que a forte competição entre projectos científicos na área das Ciências da Saúde teve um efeito negativo sobre projectos de **investigação clínica** de qualidade; estes recebiam muito frequentemente dos painéis de avaliação uma prioridade mais baixa que projectos dedicados a aspectos mais básicos dentro desta área. Embora os recursos financeiros disponíveis tenham sofrido um crescimento notável nos últimos anos, não permitem o financiamento de todos os projectos de qualidade (cujo número também tem crescido de forma notável), incluindo alguns que na avaliação científica foram considerados muito bons ou mesmo excelentes, em particular no domínio da Investigação Clínica. Esta situação levou a que o CCCdS discutisse, já em **2005**, com a então Direcção da FCT a possibilidade de criar medidas práticas para fomentar a investigação clínica. Em Junho de **2006** foi proposto à nova direcção da FCT a criação de programas focados na **investigação clínica** em que a “**Medicina Translacional**” tivesse um lugar de relevo. Assim, em **2007** foi possível lançar o 1º concurso deste tipo – Projectos de Investigação Clínica, cuja coordenação foi assegurada por uma Comissão paritária nomeada pela FCT e pelo INSA; os dois Ministérios acordaram co-financiar este programa em partes iguais. Os projectos financiados arrancaram as suas actividades em 2008. A importância desta iniciativa **recomenda que seja dada continuidade a este programa, com uma periodicidade bienal, e que seja feito um estudo sobre o seu impacte a realizar por peritos externos ao fim de, por exemplo, 6 anos.**

2. Formação avançada de recursos humanos

A análise feita sobre a fraca participação de clínicos em programas de investigação levou mais uma vez à necessidade premente de articulação entre o Ministério da Saúde, MS, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, MCTES, agora para o desenvolvimento de acções coordenadas de **promoção da formação científica de investigadores clínicos**, porque sem médicos bem qualificados e com maior capacidade científica, não será possível criar uma rede forte de investigação clínica em Portugal. Isto é um problema geral, que tem raízes na **modesta expressão da investigação científica nos cursos de Medicina** e na **falta de valorização profissional da investigação nas carreiras médicas em geral até ao passado recente**. Neste contexto, é **necessário promover o desenvolvimento de uma nova mentalidade que respeite a importância decisiva da investigação clínica para o progresso da Medicina e da Saúde Pública em geral**. Isto levou o CCCdS a propôr em **2005** a criação de um **programa de Doutoramento para Internos**. Após trabalho conjunto de ambos os Ministérios foi publicada a portaria nº 172/2008 que regulamenta o regime de Interno Doutorando, tendo assim sido criado o instrumento que permitiu a que no Verão de **2009** fosse anunciada a abertura de um programa co-financiado pelo MS e MCTES, para permitir a Internos, ao mesmo tempo que trabalham para alcançar o grau de especialista, realizarem investigação científica conducente a uma tese de doutoramento. A experiência da aplicação do regulamento levou já ao aperfeiçoamento dos procedimentos; no entanto, estas acções

pontuais não prejudicam, antes pelo contrário aconselham uma **reflexão conjunta urgente por ambos os ministérios** sobre o desenvolvimento desta e de outras iniciativas que contribuam para a melhoria da capacidade da intervenção médica no âmbito do SNS. Espera-se anunciar em breve a abertura de um novo concurso para atribuição de subsídios a Internos Doutorandos.

Ainda dentro do contexto da formação avançada de recursos humanos a FCT tem financiado o **Programa de Formação Médica Avançada**, coordenado pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), que surge através de um protocolo celebrado entre o MS, a FCT e a FCG, e é financiado pela FCG, pela Fundação Champalimaud (formação em Oncologia Médica) e pela FCT. Este programa tem dimensão mais restrita.

A FCT considera que ao programa de Internos-Doutorandos deve ser assegurado, no contexto da FCT, continuidade e avaliação por peritos independentes. Está em curso o desenvolvimento no “site” da FCT de uma secção com informação sobre os vários programas de Doutoramento para Médicos-Internos, com as suas características específicas.

3. Programa Harvard Medical School (HMS) – Portugal

A **modernização e melhoria da qualidade do ensino médico em Portugal**, juntamente com o aumento da sua base de recrutamento, é hoje uma prioridade que deve ser tratada adoptando as melhores práticas internacionais. Este processo deve ser acompanhado por uma abertura progressiva da educação médica à sociedade em geral, nomeadamente através da disponibilização de informação de relevância para o indivíduo e para a sociedade. Além disso, deve incluir a ampliação da cooperação entre faculdades de medicina, laboratórios associados e instituições de I&D activas no domínio da biomedicina e das ciências da saúde, por forma a estimular a criação de um nível verdadeiramente competitivo de formação a nível internacional.

Com o objectivo de estimular a internacionalização e a cooperação entre as faculdades portuguesas da medicina e os principais centros de investigação nacionais que trabalham em ciências da saúde e biomédicas, a FCT estabeleceu um acordo de parceria com a Harvard Medical School

Este acordo contempla várias linhas de acção concretizadas de forma totalmente competitiva e a nível nacional, nomeadamente:

- i. a identificação e selecção de projectos de investigação e redes;
- ii. a selecção de estagiários MD para programas de pós-graduação e a respectiva formação, e
- iii. a revisão sistemática e produção de material educativo pelas equipas de especialistas em Português e as escolas médicas.

Os **projectos de investigação** são orientados para o fortalecimento da capacidade nacional de produção de conhecimento novo translacional e clínico com impacto na formação médica especializada e na prática da medicina clínica. Esta componente do programa está a ser desenvolvida em estreita cooperação com as equipas da Harvard Medical School e abrange as redes formadas entre as faculdades de medicina e de ciências médicas, grandes laboratórios nacionais e centros de I&D que trabalham na investigação translacional e clínica.

A **formação de recursos humanos** contempla bolsas de investigação para nacionais e estrangeiros, médicos e estudantes de pós-graduação e alunos de graduação. O programa inclui workshops conjuntos Harvard-Portugal, retiros e simpósios.

No domínio do desenvolvimento de **novas abordagens para a difusão de informação médica** são também financiados projectos de I&D para a **Produção de Conteúdos Médicos e Informação Médica**. Neste caso, pretende-se que sejam utilizadas tecnologias de informação e metodologias de comunicação para transmitir a informação ao público geral sem conhecimento técnico sobre a área, e ao público especialista, nomeadamente, profissionais de saúde e estudantes.

O programa também irá incluir a formação de jornalistas e escritores médicos na compreensão, utilização e comunicação da informação em saúde, bem como estudos sobre a eficácia do programa de distribuição de informações para o público em geral.

4. Áreas prioritárias de I&D em Saúde

Em paralelo com as iniciativas apresentadas, a nível Europeu o 7º Programa-Quadro (2007 – 2013) instituiu programas específicos dedicados a vários aspectos de investigação em Saúde aberto a investigadores portugueses.

É necessário estimular a participação portuguesa nestes programas, e racionalizar o envolvimento em ERA-Nets, sempre que suportadas em massa crítica significativa.

A discussão que tem sido mantida, ao longo dos anos, entre a FCT e o INSA tem-se centrado **na questão da definição de áreas prioritárias na investigação em Saúde**. Esta discussão teve lugar, em particular, quando foi necessário escrever o Edital que anunciou o concurso de projectos para a Investigação Clínica e por ocasião do I Fórum Nacional de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (Setembro 2009). Muito sumariamente pode afirmar-se que a FCT defende, em princípio, uma perspectiva que se pode chamar “bottom-up”, i.e., que consiste em considerar que a investigação de valor nasce da iniciativa e da curiosidade dos bons investigadores, muitas vezes oriundos de quadrantes inesperados, e não sendo susceptível de ser orientada a partir de directrizes superiores. Esta perspectiva contrasta com a perspectiva “top-down”, em que é necessário definir áreas

prioritárias de acordo com as políticas de Saúde Pública. Ambas as perspectivas são compreensíveis no âmbito das missões que distinguem a FCT do INSA, considerando a FCT que a perspectiva “top-down”, cujos elementos têm de ser muito cuidadosamente definidos, não deve dominar o conjunto de actividades nesta área. Tal significa que as iniciativas “top-down” devem restringir-se a aspectos de carácter geral, tal como a criação de infra-estruturas científicas e de programas de ensino/treino específicos em áreas científicas consideradas prioritárias. Em qualquer caso, tanto sob a perspectiva “bottom-up” como “top-down” a pedra de toque é sempre a necessidade absoluta que projectos e programas sejam avaliados por peritos externos, independentes, idóneos e experientes.

Isto implica que dada a dimensão da comunidade científica em Portugal, é absolutamente necessário recorrer a peritos estrangeiros para avaliação de todos os programas e projectos de investigação, qualquer que seja a sua origem de forma a assegurar não só a qualidade como a independência e transparência no processo.

5. Acções Futuras

No I Fórum Nacional de Investigação e Desenvolvimento em Saúde foram discutidas as prioridades I&D em saúde, “com o objectivo de promover, realizar e coordenar actividades de investigação e desenvolvimento no domínio das ciências da Saúde e, em particular, as que permitam melhorar o conhecimento sobre o estado da saúde, formas de a proteger e promover, bem como a prevenção da doença e a melhoria do sistema de prestação de cuidados”.

Nas discussões ficou claro que o financiamento de projectos de I&D relevantes deverá ser feito através de uma selecção sempre com base em critérios de excelência científica.

É necessário propor medidas concretas que possam ser exequíveis na prática, umas a curto prazo e outras a longo prazo.

Das propostas deste Fórum de I&D em Saúde salienta-se aquelas que poderão ser traduzidas em **medidas a realizar a curto prazo:**

- ***Inquérito Nacional de Saúde*** (em moldes internacionais e com peritos estrangeiros como conselheiros);
- ***Criação de base de dados nacional***, para todas as áreas;
- ***Criação de biobancos***
- ***Melhoria dos centros de estudos epidemiológicos***. Isto implica formação de especialistas em Epidemiologia, a selecção de um pequeno número (nomeadamente 2 para Portugal deveria ser o desejável) de Centros especializados e equipados de forma adequada. Dados recentes

demonstram que o importante campo da investigação em epidemiologia, saúde pública e ambiente está pouco desenvolvido em Portugal. Como habitualmente este estado de coisas reflecte a falta de recursos humanos bem treinados cientificamente. Uma das medidas prioritárias a tomar neste sentido é a ***de promover a educação e o treino de especialistas que deverão ser os futuros líderes dentro da área da Epidemiologia (Geral, Clínica, Genética) assim como na área da Saúde Pública, dos Serviços de Saúde, e Informática Médica.*** Já existem programas de Mestrado e Doutoramentos no Porto e em Lisboa. Estes devem ser reforçados, desde que avaliados positivamente.

- ***Incentivar a investigação junto dos profissionais de Saúde, e valorizar a investigação nas carreiras médicas e de outros profissionais da Saúde.*** Este ponto já está a ser contemplado nos programas para promover Doutoramentos de Internos como ficou dito acima. Para além disto é necessário estabelecer neste campo um programa para a ***criação de Escolas Graduadas (isto é Escolas para formar investigadores científicos)*** agrupando sectores afins de diferentes Faculdades (não apenas de Medicina) com o objectivo de ***organizar programas de Mestrado e Doutoramento de nível internacional*** muitas vezes multi-disciplinares.
- ***Promover programas de estudos pós-graduados*** em colaboração com centros internacionais de excelência.
- ***Promover a investigação de translação em Medicina*** (investigação no sentido de melhorar a aplicação dos achados da investigação básica à prática clínica; utilização de modelos animais; abordagens metodológicas inovadoras em ensaios clínicos; implementação e validação de novas abordagens para melhorar a autonomia e a qualidade de vida nos doentes e cuidadores; integração de ciências básicas e ciências clínicas). O programa de apoio à Investigação Clínica já foi tratado acima e é um instrumento para realizar este objectivo. É necessário que um programa deste tipo tenha continuidade como ficou expresso anteriormente. Sem continuidade perde valor.

Em resumo, esta nota é um sumário breve dos resultados da participação da FCT – CCCVS na investigação em Saúde.

Qualquer plano neste domínio deve resultar da reflexão e articulação conjunta entre o MCTES e o MS, tendo em conta - quem é responsável pela sua realização, - quais são os custos, - qual é o prazo realista da sua execução, - como pode ser implementado na prática, e - como vai ser avaliado.